

CETICISMO E CRITICISMO: ALICERCES DE UMA FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA

SKEPTICISM AND CRITICISM: FOUNDATIONS OF A CONTEMPORARY PHILOSOPHY

*André de Oliveira Zorzato*¹

Resumo: O presente artigo procura demonstrar, a partir de uma análise teórica e qualitativa, a diferença existente entre o significado dos conceitos de ceticismo e criticismo que muitas vezes foram empregados de forma inapropriada ao longo da tradição filosófica. O objetivo aqui é tentar desfazer certas confusões causadas pelo mal entendimento de tais concepções e, também, o de revelar o quanto estas duas linhas de pensamento foram responsáveis pelo surgimento da Teoria do Conhecimento (Epistemologia) por meio da reflexão de dois grandes filósofos críticos na história da filosofia. Através de uma investigação bibliográfica e de uma abordagem puramente teórica, este trabalho consiste em apresentar como pano de fundo um paralelo entre o pensamento crítico de Kant e de Wittgenstein a respeito do tema acima exposto. A intenção é de mostrar como as contribuições críticas destes dois grandes pensadores foram importantes no enfrentamento ao discurso cético para fundamentação epistemológica. Enfim, fica demonstrado neste artigo, também, o quanto os pensamentos céticos e críticos alicerçam tanto a Filosofia Contemporânea como a Epistemologia atual.

Palavras-chave: Ceticismo. Criticismo. Epistemologia.

Abstract: This article shows, from a theoretical and qualitative analysis, the difference between the meaning of the concepts of skepticism and criticism that often were used inappropriately along the philosophical tradition. The goal here is to try to undo some confusion caused by poor understanding of these concepts and also to reveal how these two lines of thought were responsible for the emergence of the Theory of Knowledge (Epistemology) through the reflection of two major critical philosophers in history of philosophy. Through a bibliographical research and a purely theoretical approach, this work is to present the background of a parallel between the critical thinking of Kant and Wittgenstein about the above topic. The intention is to show how the critical contributions of these two great thinkers were important in addressing the skeptic speech to epistemological foundation. In the end, it is shown in this article, too, as the skeptical thoughts and critics both undergird the Contemporary Philosophy as the current Epistemology.

Keywords: Skepticism. Criticism. Epistemology.

1. Introdução

O presente artigo apresenta duas formas de pensamento bastante similares na aparência, mas muito diferentes em suas posturas dentro da tradição filosófica,

¹ Pós-graduando em Filosofia Contemporânea pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras- FAFIC, Licenciado em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e Professor de Filosofia para alunos do Ensino Médio. E-mail: andrezorzato@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0538-5141>

conhecidas respectivamente como: ceticismo e criticismo. Neste sentido, seria necessário que tivéssemos uma compreensão minuciosa de ambos os conceitos para que não haja rotulações indevidas a determinados tipos de reflexões recorrentes na história da filosofia, bem como sanar certas confusões no emprego de suas denominações a determinados pensadores críticos da atualidade. A partir da análise bibliográfica e qualitativa destes dois conceitos (ceticismo e criticismo) será possível apresentar, também, o rumo que a reflexão filosófica contemporânea, principalmente o da filosofia da linguagem (conhecida também por filosofia analítica), tomou após o pensamento crítico Kantiano. Dessa forma, através de uma abordagem puramente teórica, será apresentado aqui um paralelo entre o pensamento de Kant e o de Wittgenstein. No entanto, não é o objetivo deste trabalho fazer uma demonstração a respeito das várias correntes filosóficas contemporâneas decorrentes do trabalho das reflexões destes dois pensadores acima citados. O objetivo aqui será o de apresentar alguns legados considerados importantes para uma Teoria do Conhecimento baseada numa filosofia da linguagem que ainda guarda resquícios de problemas conceituais do passado, mas que se usa da crítica aos dogmas da metafísica tradicional e do próprio ceticismo para alicerçar suas teorias. Pois, é justamente em momentos de crise que a filosofia ganha sua força. O ceticismo funciona como um mal necessário para que a filosofia saia de sua posição cômoda e de estagnação para uma posição de enfrentamento dos problemas que se apresentam. Este enfrentamento às posições céticas garante a continuidade de sobrevivência da própria filosofia, pois sem a forte instigação do discurso cético, chamando-a para o desafio, a filosofia teria muito pouco com o que se ocupar, pelo menos no que diz respeito à possibilidade de uma fundamentação epistemológica. Por outro lado o posicionamento crítico muitas vezes é rotulado de cético, pelo fato do mesmo apenas exigir respostas mais eficazes e contundentes. Enfim, não podemos confundir ceticismo com criticismo, apesar de ambos serem muito parecidos, o criticismo não impede que outros problemas apareçam no desenrolar da caminhada filosófica, no entanto, ao contrário do ceticismo, procura buscar soluções para os problemas já existentes, bem como os que possam surgir, sem deixar, contudo, passar batido qualquer tipo de conhecimento de forma inconsciente ou despercebida. Portanto, é da análise dessa discussão e dissolução de mal-entendidos a respeito de ambos os conceitos, bem como, da contribuição de Kant e Wittgenstein para a possibilidade de uma epistemologia melhor fundamentada, que iremos nos ocupar com este trabalho.

2. Fundamentação teórica

Correntes filosóficas contemporâneas, em especial a da linguagem ou, também conhecida como, filosofia analítica, são muitas vezes confundidas como céticas pelo fato de apresentarem um pensamento de caráter crítico, ou seja, pensamento este que, por não aceitar certos dogmas, como os apresentados pela metafísica tradicional especulativa, são frequentemente rotulados de cético. Pois, apesar de levantar uma série de problemas, oriundos da própria investigação acerca do conhecimento, não significa estar-se diante de argumentos propriamente céticos, pelo contrário, a filosofia crítica também se preocupa, ao mesmo tempo, em buscar as soluções para tais problemas. Mas essa confusão não é um privilégio da filosofia contemporânea, ela surge desde os tempos da antiguidade, pois mesmo Sócrates foi confundido como cético quando proferiu a celebre frase: “Só sei que nada sei”. Porém os próprios sábios do oráculo de Delfos desmistificaram este equívoco, os mesmos admitiram que Sócrates, ao proferir esta frase, seria o homem mais sábio da época pelo fato de ter a consciência do problema do conhecimento que outros ditos “sábios” não o tinham, ou seja, eles pensavam que sabiam alguma coisa, mas na verdade aquilo que tinham como certo e verdadeiro, por muitas vezes, Sócrates fazia-os enxergar que não era tão certo e muito menos verdadeiro assim. Porém, Sócrates por ter essa consciência (a de que nada sabia) tinha mais sabedoria do que todos eles. Este é o risco da contradição que os defensores de um ceticismo universal podem recair, pois se afirmarem que não sabem nada, ainda sobrarão algo que se possa saber, isto é, o de saber que não sabe. Para desfazer esta confusão procuraremos, em seguida, apresentar a definição de dois tipos de pensamento, que muitas vezes são confundidos pela natureza de suas posições aparentarem enorme semelhança, a saber, o de ceticismo e o de criticismo.

O ceticismo é a doutrina segundo a qual o espírito não consegue alcançar a verdade, contenta-se em suspender o juízo, adotando uma atitude de dúvida permanente e universal. Essa doutrina foi iniciada na antiguidade tendo como seu fundador Pirro de Élis (360-270 a.C.). O mesmo sustentava que não era possível o contato do sujeito com o objeto e que, portanto, é vedada à consciência cognoscitiva qualquer tipo de apreensão do objeto. O ceticismo universal é o oposto do dogmatismo, funciona como um dogmatismo às avessas, pois enquanto o dogmatismo firma-se em um saber absoluto, o ceticismo prima pela oposição radical da impossibilidade de saber ou conhecer qualquer coisa. No entanto, entre os vários tipos de ceticismo existem dois considerados por

Moser (2004) como sendo os mais importantes, a saber: o ceticismo quanto ao conhecimento e o ceticismo quanto à justificação. O primeiro refere-se à impossibilidade do conhecimento, isto é, ninguém conhece nada, nem mesmo essa própria afirmação, enquanto que, o ceticismo quanto à justificação afirma, de forma ainda mais radical, que ninguém tem justificativa nenhuma para crer em nada. Cabe aqui ressaltar, também, outro tipo de ceticismo bastante importante, ou seja, o ceticismo da dúvida sistemática que parte de um ceticismo provisório até chegar ao ceticismo total, negando qualquer possibilidade de se alcançar tanto a certeza dos sentidos internos como a dos sentidos externos, também conhecida como ceticismo da oclusão. Este tipo de ceticismo se identifica mais com o método proposto por Descartes, que era o de estender a dúvida ao seu grau máximo para daí extrair-se uma certeza inabalável, e por consequência, desmontar todo o argumento cético. É como se usasse o próprio veneno para extrair daí seu antídoto, ou seja, usar o próprio discurso do cético contra ele mesmo. Contudo, Descartes sucumbe a um tipo de solipsismo que o impossibilita achar, diante de tais circunstâncias, uma saída para a certeza do conhecimento do mundo externo. Pelo menos não foi possível encontrar em seu trabalho, uma resposta convincente para esse problema. Ainda sobre o ceticismo quanto ao conhecimento, Moser (2004) nos diz que o mesmo pode ser considerado, por alguns, como inclusive logicamente impossível, porém não se conhece até hoje algum argumento que o substancie verdadeiramente. No entanto, há um tipo de ceticismo mais brando, aquele em que não podemos conhecer tudo mas que admite a possibilidade de se conhecer alguma coisa, isto é, restringe seu ceticismo a um âmbito particular de conhecimento, e é este tipo que muitas vezes confunde-se com o conceito que será apresentado logo a seguir, a saber: o criticismo.

A corrente de pensamento criticista leva este nome devido à filosofia crítica de Kant que teve como uma de suas principais tarefas a de combater o dogmatismo proveniente de uma metafísica especulativa iniciada na antiga Grécia e que se arrastou por toda idade média. Quem nos dá uma definição bastante clara sobre criticismo é Johannes Hessen (2003). Ele diz que o criticismo funciona como “um ponto de vista intermediário” entre o dogmatismo e o ceticismo, onde o criticismo concorda com o dogmatismo no ponto em que seria possível confiar na razão humana, convencendo-se de que o conhecimento é possível e de que a verdade existe, mas que, por outro lado, desconfia de qualquer conhecimento que seja determinado, agindo como um inquisidor da própria razão para que nenhum tipo de conhecimento seja aceito de forma

inconsciente. É interessante acrescentar, ainda, uma distinção que J. Hessen (2003) faz a respeito do criticismo, o mesmo diz que devemos distinguir o criticismo enquanto método do criticismo enquanto sistema e que Kant apresenta um tipo particular de criticismo, isto é, Kant utiliza os dois ao mesmo tempo, colocando-se em oposição tanto ao dogmatismo quanto ao ceticismo e a obtenção dos resultados, da síntese destes dois tipos de pensamento a que se chegou, pela ajuda desse método. Sabemos, no entanto, que o criticismo particular de Kant não sobreviveu a ele, mas o criticismo enquanto postura diante dos fatos, por outro lado, impregnou profundamente o pensamento ocidental moderno até os dias atuais, bem como foi usado, para uma reformulação nos preceitos dogmáticos da física e da ciência, e porque não dizer o de ter possibilitado a Teoria do Conhecimento tornar-se uma disciplina autônoma e fundamental no pensamento contemporâneo. O criticismo kantiano se caracteriza, ainda, por uma doutrina que inverte a maneira de como o sujeito deve relacionar-se com o objeto, bem ao contrário de como a metafísica tradicional estabelecia. Para Kant devemos abandonar a ideia de que o nosso conhecimento seja regulado pelos objetos e passe ele próprio (o sujeito) a regular os objetos a serem conhecidos. Essa mudança de metodologia de busca do conhecimento é o que Kant chamou de “revolução copernicana” da filosofia, fazendo uma alusão a um famoso cientista medieval chamado: Nicolau Copérnico² que revolucionou as teorias da astronomia na Idade Média. Contudo, Kant acaba encaminhando-se para uma solução idealista e subjetivista do problema do conhecimento, ou seja, há um limite daquilo que podemos conhecer a respeito dos objetos, nos levando assim para um ceticismo moderado, isto quer dizer que, nós só podemos conhecer aquilo de que as coisas nos informam, a saber, apenas a sua aparência captada através de nossa sensibilidade e, logo após, pensadas ou processadas pelo nosso entendimento subjetivo. O que podemos conhecer das coisas seria a sua aparência - aquilo que Kant (2001, p. 257-73) chamou de “fenômeno” – e a coisa em si para nós continuaria desconhecida, a saber: o “númeno”. O númeno seria uma espécie de essência das coisas a qual as nossas faculdades de percepção e entendimento estão impossibilitadas de apreender. Esta forma de pensar levou Kant (2001) a criar seu projeto “arquitetônico” (que culminou na sua obra primordial: “Crítica da Razão Pura”), a saber: a famosa “filosofia transcendental”. Essa filosofia é baseada no argumento de

² Cientista que revolucionou as teorias da astronomia medieval, que, com sua teoria chamada de heliocentrismo, colocou o sol como o centro do sistema solar, contrariando a teoria vigente na época que era a geocêntrica, ou seja, que colocava o planeta terra como o centro.

que todo conhecimento em geral não se ocupa apenas dos objetos, mas com o nosso modo de conhecê-los na medida em que o mesmo deve ser possível a priori.

Mas foi através de uma ferrenha crítica aos dogmas da metafísica tradicional especulativa que Kant influenciou diretamente, no sec. XX, o pensamento empirista-positivista, baseados numa filosofia da linguagem (também conhecida como filosofia analítica), de caráter objetivista, mais ligadas a uma visão epistemológica voltada às ciências físicas e às ciências formais como a matemática, abandonando de vez, e até mesmo com um tom cético, questões próprias de origem metafísica como: as da religião, as da ética, as ligadas à arte, as de cunho político, e outras tantas do gênero. A partir daí a filosofia transcendental kantiana passa a sofrer diversas transformações, sendo uma delas a filosofia de Wittgenstein que parte primeiramente de um pensamento estritamente lógico e empirista-positivista influenciado por Frege e Russell, evoluindo para uma filosofia da linguagem mais voltada para o sentido, na intenção de reabilitação da linguagem com o mundo e da análise aprofundada das regras gramaticais, em que ao seguir tais regras incorremos em ato social, pois na impossibilidade de uma linguagem ser privada os problemas do solipsismo e subjetivismo são superados, assuntos estes que serão tratados, ainda, no decorrer deste trabalho. Essa evolução, de uma filosofia puramente voltada à lógica para uma de caráter ontológico, tem como sua principal influência o filósofo alemão: Schopenhauer, que por sua vez foi profundamente influenciado por Kant. A partir daí podemos considerar outra revolução filosófica por parte de Wittgenstein, pois, nesse momento, a linguagem deixa de ser apenas mais um tema de estudos da filosofia para passar a ser a sua própria condição.

Considerado como criticista de segunda geração, e veremos logo em seguida porque, Wittgenstein ao longo de sua vida nos apresentou duas características de pensamento consideradas bastante distintas por alguns estudiosos e pensadores após sua época, representadas, respectivamente, nas suas duas principais obras intituladas por: “*Tractatus Logico Philosophicus*” e as “*Investigações Filosóficas*”. A primeira, recebendo influência mais direta de Russell e Frege, reporta-se mais à uma tentativa de fundamentar aquelas ciências formais como a matemática e a geometria, bem como compreender as relações existentes entre o homem e a realidade através da lógica, descartando o processo cognoscente explicado através da psicologia. A segunda obra estaria baseada numa reformulação das ideias apresentadas na primeira, uma espécie de crítica construtiva daquelas ideias, conservando delas o que, segundo ele, ainda existisse de bom, e, por outro lado, continuar no seu empreendimento em estabelecer os limites

da linguagem, porém, com uma visão diferente da que havia proposto na sua primeira obra.

Apesar da filosofia crítica de Wittgenstein, num primeiro momento, não se parecer em nada com a de Kant, há, no entanto, um paralelo de muita semelhança que podemos traçar entre as duas, isto é, enquanto Kant procurava demonstrar os limites do nosso pensamento, ou entendimento, Wittgenstein, como bem nos coloca Pears (1973), procurou mostrar os limites da linguagem, isto é, enquanto Kant se preocupava em estabelecer os limites do conhecimento factual, Wittgenstein preocupou-se em estabelecer os limites do discurso factual. Com base nessa atitude vemos ambos pensadores colocarem as questões da metafísica especulativa, relativas à religião e à moralidade, numa posição bastante delicada, pois Kant em relação à religião diz que o conhecimento sobre Deus está para além do que a razão possa alcançar e os da moralidade ou da ética de forma tão subjetiva que não temos como conferir objetivamente se uma ação foi praticada de forma moral ou por simples inclinações de desejos particulares do sujeito em adquirir com tais ações honra ou bens materiais, da mesma forma Wittgenstein (2008) diz que: “Acerca daquilo de que se não pode falar, tem que se ficar em silêncio”.

Assim como Kant estabelece os limites do nosso conhecimento para com os objetos do conhecimento, Wittgenstein estabelece em relação às palavras. Para ilustrar essa questão vejamos o que Wittgenstein menciona no § 3.221 do “Tractatus”: “Aos objetos só posso dar nomes. Os sinais são os seus mandatários. Só posso falar deles, não posso exprimi-los. Uma proposição só pode dizer como uma coisa é, não o que ela é” (WITTGENSTEIN, 2008, §3.221, p. 42). Vemos aqui um discurso muito parecido com aquele em que Kant nos afirma que só podemos conhecer aquilo que nos é informado pela aparência das coisas, isto é, como as coisas se mostram para nós (fenômeno) e não o que elas são em si (númeno). O que diferencia Wittgenstein de Kant nesse discurso é somente a questão de onde essa ideia de limitação do nosso conhecimento deva estar fundamentada, ou seja, em Kant ela deve ser fundamentada na razão enquanto que Wittgenstein a fundamenta na linguagem, buscando, através do estudo e análise lógica desta, uma solução para o problema subjetivista-idealista.

Embora, o projeto a que Russell, Frege e Wittgenstein, de início, se propuseram que era o de afastar-se de um subjetivismo idealista moderno em que todo conhecimento é necessariamente condicionado pelo sujeito, isto é, que o conhecimento sobre o mundo parte do próprio indivíduo, é ele quem determina aquilo que se pode

conhecer a respeito do mundo, porque do contrário, o mundo não possui as condições para nos determinar o conhecimento, as coisas por si mesmas não nos dão nenhuma informação para que a conheçamos, a não ser a sua aparência, por outro lado, os objetos só terão sentido a partir da capacidade que o sujeito tem de pensa-los. Em contra posição a isso, os pensadores positivistas, citados acima, buscam, através da linguagem e da lógica, uma tentativa de fundamentar as ciências formais para, dessa forma, justificar o caráter objetivo, universal e necessário das mesmas, procurando dar uma solução para o problema do idealismo. Ora esse caráter objetivista, universal e necessário do conhecimento que tanto Wittgenstein, no “Tractatus” e os positivistas procuravam, não seria o mesmo que Kant procurava? Afinal o que seriam os juízos sintéticos a priori senão esse caráter universal e necessário dos enunciados científicos? Sob este ponto de vista, se torna difícil ver alguma diferença entre o pensamento de Wittgenstein e Kant. Seguindo por este caminho, em que consistiria, então, a diferença entre ambos pensadores, se é que ela existe de fato?

A diferença entre estes autores talvez consistisse na maneira como Wittgenstein concebia a filosofia, ou seja, ele não via a filosofia como um corpo de doutrina, aos moldes de Kant, mas como uma atividade com objetivo de elucidar logicamente o pensamento, dessa maneira o mesmo afirmava que: “Um trabalho filosófico consiste essencialmente em elucidações.” E logo em seguida o mesmo disse: “O resultado da Filosofia não é “proposições filosóficas”, mas o esclarecimento de proposições” (TLP, 4.111-12). Para Wittgenstein do “Tractatus” a tarefa da filosofia seria a de desmanchar “pensamentos turvos e vagos” para que os mesmos se tornem mais claros e bem melhores delimitados, possível. Essa tarefa, contudo, só poderia acontecer através da análise da linguagem, isto é, uma decomposição do complexo que são as proposições em seus elementos mais simples, para que se possa encontrar coerência ou não com a realidade nestas proposições. Aqui, poderíamos dizer, se concentra o cerne do pensamento filosófico de Wittgenstein do Tractatus, pois para ele as proposições que possuem genuíno sentido são aquelas que funcionam como espelhamento dos fatos, ao contrário das proposições filosóficas da metafísica tradicional que incorrem no que ele chamou de um “sem sentido” e por conseguinte não demonstram este espelhamento. Aqui podemos perceber o caráter crítico de sua filosofia aos dogmas da metafísica tradicional, bem como Kant a fez, guardando suas diferenças e proporções, é claro. Wittgenstein sustenta a ideia de que seria imprescindível buscar uma relação íntima entre a linguagem e o real, em que a forma lógica da linguagem espelhe a maneira como

a realidade se estrutura. Ora, se Kant arrasa a metafísica tradicional, Wittgenstein, no *Tractatus*, acaba por aniquilá-la de vez, pois na medida em que somente o discurso factual é o que importa, as questões como: ética, religião, arte, etc. não passam de expressões verbais vazias e sem sentido (WITTGENSTEIN, 2008, p. 138-40).

No que diz respeito ao segundo Wittgenstein³, o mesmo usa uma expressão chamada de “embruxamento” ou “enfeitiçamento” de nosso entendimento, quando se refere às controvérsias entre as diversas teorias filosóficas. O problema, conforme o entendimento de Wittgenstein, consiste na confusão do emprego das palavras no momento de uma exposição onde não há um reconhecimento por parte do expositor desta confusão como tal. Portanto, para ele os problemas filosóficos não passam de mal-entendidos, isto é, confusões causadas pelo mal emprego de certos conceitos, ou palavras, no cenário, ou usando a expressão do próprio autor, no “jogo de linguagem” em que as mesmas estão inseridas.

Em função de se buscar uma solução para resolver esses problemas, Wittgenstein nos apresenta a sua teoria dos “jogos de linguagem”⁴. Ela consiste num método de desfazer certas confusões conceituais que por diversas vezes ocorreram ao longo da história da filosofia. A mesma baseia-se, portanto, em mostrar que os vários significados de uma mesma palavra só terão sentido dentro de seu próprio jogo com suas regras pré-estabelecidas, isto é, como se a palavra só tivesse sentido dentro do próprio contexto do jogo em questão. Pois, fora deste contexto a mesma não tem nenhum sentido. A proposta aqui é fazer com que um absurdo não evidente passe a ser evidenciado e dessa forma evitar tantos mal-entendidos como as confusões. Nessa linha de pensamento, Wittgenstein faz, também, uma crítica à teoria objetivista da linguagem (OLIVEIRA, 2006, p. 126), afirmando que com a linguagem podemos fazer muito mais coisas do que somente designar o mundo e, no § 23 das *Investigações Filosóficas*, o mesmo elenca uma lista do que podemos fazer com a linguagem, como por exemplo: dar ordens, contar anedotas, cantar numa brincadeira de roda, resolver adivinhas, etc. além da de formular proposições. Também não existem graus de hierarquia entre elas, todas estão num mesmo nível sem discriminação. Para o Wittgenstein das “*Investigações Filosóficas*” a linguagem não é puro instrumento de comunicação de um conhecimento já realizado, ela é, antes de tudo, a condição de possibilidade para a

³ “Segundo Wittgenstein”: é o nome dado ao autor quando nos referimos a sua segunda grande obra, denominada: *Investigações Filosóficas*.

⁴ Ver §7, *Investigações Filosóficas*, Tradução: M. S. Lourenço; Fundação Calouste Gulbenkian; 4ª edição, Lisboa 2008.

própria constituição do conhecimento enquanto tal (OLIVEIRA, 2006, p. 128). Assim, não é possível existir consciência sem linguagem. Porém, devemos estar sempre atentos, na hora de empregarmos certos conceitos, ou palavras num determinado jogo específico de linguagem, observando de forma bastante minuciosa, com consciência reflexiva, sobre as regras gramaticais das palavras envolvidas em tal contexto, para que não incorramos em mal-entendidos ou confusões. Pois a grande preocupação de Wittgenstein sempre se baseou (desde o “Tractatus” até as “Investigações Filosóficas”) no problema da significação, o que para ele é o que constitui a linguagem enquanto tal. Até aqui a tradição filosófica também tinha uma preocupação com este problema. O fato novo, no entanto, seria a maneira como Wittgenstein apresenta sua solução para o problema da significação. Nas “Investigações Filosóficas” Wittgenstein nos chama atenção para três fatores importantes que atuam na origem dos possíveis problemas filosóficos, a saber: o efeito enganador de certas analogias, a de uma “dieta unilateral”⁵ e a falta de visão panorâmica. Para Wittgenstein essas seriam as causas principais das confusões e mal-entendidos cometidos pelos filósofos. A outra questão que Wittgenstein levanta é que muitos dos problemas ditos filosóficos na maioria dos casos não são problemas objetivos, mas confusões oriundas da má compreensão da gramática de nossa linguagem. Assim, ao passo que compreendemos as regras da gramática estamos prestes a combater o “embruxamento” ou “enfeitiçamento”⁶ do pensamento filosófico e, por conseguinte, a dissolução de todos os mal-entendidos, ou pelo menos a maioria deles. Wittgenstein considera dessa forma a gramática como o verdadeiro a priori da filosofia, chegando a uma conclusão, como nos bem apresenta Werner Spaniol (1989), de que a filosofia não se dirige diretamente aos fenômenos, mas ela a condição de possibilidade dos fenômenos. Assim para Wittgenstein a mesma deve abandonar sua característica explicativa e passar a aplicar um método descritivo, ou seja, de caráter a posteriori. Portanto, o método da descrição da gramática, para Wittgenstein, deve consistir em investigar o a priori de forma a posteriori. Essa nova maneira de pensar, na verdade, consiste numa crítica ao essencialismo, ou seja, desde os tempos de Sócrates se buscava definições universais para os conceitos e palavras, mas que acabavam perdendo seu sentido uma vez que elas não eram empregadas num jogo de linguagem ao qual

⁵ Dieta unilateral: significa para Wittgenstein alimentar o nosso pensamento apenas com uma única espécie de exemplos. (Investigações Filosóficas, §593).

⁶ Expressão utilizada por Wittgenstein nas Investigações Filosóficas para se referir às armadilhas que muitos pensadores da tradição filosófica caíram por não revisar as regras gramaticais do uso das palavras em determinados contextos.

estivesse fazendo-se uso das mesmas. Isto quer dizer que, não cabe mais se perguntar, por exemplo, pela essência do significado de “virtude” como Sócrates fazia aos seus interpelados, ou sobre o conceito de “tempo” por Santo Agostinho. Para Wittgenstein, a significação das palavras é sempre provisória e o essencialismo se engana, pois o significado das palavras só pode ser esclarecido por meio do exame dos contextos em que essas palavras estão inseridas, ou seja, como o próprio Wittgenstein nas “Investigações Filosóficas”, §43, afirma: “O sentido de uma palavra é seu uso na linguagem”. Esse novo método que se apresenta é algo que nunca antes teria se pensado na história da filosofia. Surge assim, uma nova maneira do pensar filosófico, abrindo também, agora, para outras possibilidades de conhecimento aos quais no *Tratatus* pareciam impossíveis, como por exemplo: a possibilidade do discurso metafísico. Pois, na medida em que não existe mais discriminação entre as formas de expressões linguísticas, que o sentido das palavras é determinado pelo “jogo de linguagem” específico ao qual estas estão inseridas, o discurso metafísico neste momento pode retornar à cena, desde que observe as regras para que não vire vítima de enganos e confusões como Wittgenstein bem nos apresentou acima.

No que se refere à crítica ao essencialismo por parte de Wittgenstein, isso não faz dele um pensador cético, pelo contrário, nos vemos diante de uma revolução na “Teoria do Conhecimento”. Não existe mais um significado fixo e unívoco das palavras, ilusão alimentada pela tradição, mas a sua significação dentro de um contexto, o sentido se firma no “jogo de linguagem” pelo qual a palavra está inserida. O significado de uma palavra, na visão de Wittgenstein, deve estar sempre aberto a uma nova formulação que só terá sentido no contexto social em que a mesma se encontra. Fora deste contexto e além dos limites estabelecidos pela gramática podemos cair no “abismo do sem sentido”⁷. Assim, não faz sentido, também, perguntar pela “coisa em si”⁸, ou por algo que está além, pois não passa de palavras fora de qualquer jogo de linguagem. Este seria, na visão de Wittgenstein, o grande erro de Kant, assim como os de outros filósofos que se importaram em buscar definições fixas e universais para as palavras. Essa crítica ao essencialismo não significa tão pouco cairmos num relativismo cético

⁷ Expressão usada por Werner Spaniol no seu livro: “Filosofia e Método no Segundo Wittgenstein”, São Paulo, edições Loyola, 1989.

⁸ Expressão usada por Kant para explicar o que seria “númeno”: “Crítica da Razão Pura”, Fundação Calouste Gulbenkian; 5ª edição, Lisboa 2001.

sobre o significado das palavras, pelo contrário, seus significados estarão preservados dentro do contexto e do jogo de linguagem os quais elas estarão inseridas.

Ora, se a palavra só tem sentido dentro de um contexto social, a linguagem necessariamente deve tornar-se, então, uma práxis social, onde são estabelecidas regras que devem ser seguidas pelos participantes envolvidos no jogo. Portanto, a conclusão que podemos tirar disso é a de que, também, não há a mínima possibilidade para existência de uma linguagem privada, pois a condição para que uma linguagem exista, a mesma, necessariamente, deve possuir um caráter público. Diante disso, a refutação ao argumento solipsista subjetivista é contundente no momento em que não se pode mais, se quer, cogitar a possibilidade de uma linguagem privada. Dessa forma a linguagem passa a ser condição da intersubjetividade entre seus participantes, uma vez que as regras não podem mais ser estabelecidas e interpretadas individualmente, mas coletivamente. Portanto, o sentido de uma palavra se dá pelo seu uso num determinado jogo, com isso Wittgenstein nos abre novas perspectivas a respeito da linguagem humana, bem como um grande passo na superação da semântica tradicional⁹.

Porém, ainda há um grande problema cético ao qual Wittgenstein teve de enfrentar durante seu trabalho nas “Investigações Filosóficas”, a saber, o problema sobre o conhecimento de outras mentes. Quem aborda com muita propriedade este tema é Jonathan Dancy (2002). Este problema consiste, na verdade, em saber, se é possível conhecer a natureza dos estados sensoriais de outrem, como por exemplo: um indivíduo A pode conhecer a dor que outro indivíduo B está sentindo? Será que é possível que A possa ter ou conhecer a mesma experiência, seja ela qual for que B também esteja vivenciando? Ou seja, é possível sentir a mesma dor ou conhecer plenamente a dor que outro esteja sentindo? E ainda, como o indivíduo A pode saber se o indivíduo B não está simulando que está com dor ou se o mesmo está sentindo dor realmente? Afinal, a superação do problema da subjetividade também passa por essa questão. Vejamos como Wittgenstein trata esse problema e, caso sua solução seja convincente, podemos ter resolvido quiçá, também, o problema do conhecimento, isto é, passamos de um conhecimento subjetivo como era em Kant e outros pensadores da modernidade, para um conhecimento definitivamente objetivo. Segundo Dancy (2002) a saída apresentada por Wittgenstein se dá através de sua noção de critério. Essa noção é bastante discutível, segundo ele, mas que pode ter algum sucesso se for bem aplicada, porém a mesma

⁹ Ver Oliveira (2006).

carece às vezes de um fundo que nem sempre está disponível. O que Dancy quer dizer é que para Wittgenstein nem sempre temos à nossa disposição elementos onde podemos buscar fundamentação para tais critérios, mas isso não significa que o critério não exista. Por exemplo, como podemos saber se outra pessoa finge estar com dor? Em princípio aqui não temos disponível algo que possa fundamentar nosso critério para saber com certeza se o outro está fingindo ou realmente sentindo dor, mas em outras situações onde este fundo apareça podemos encontrar evidências bastante contundentes. O exemplo que Dancy (2002) nos mostra é bem esclarecedor a respeito do que estamos falando. Imagine se numa batalha ocorra uma explosão em que o meu companheiro de luta perde metade de sua perna, vejo o mesmo se dobrar cheio de dores, é muito improvável, ou até mesmo impossível que o mesmo esteja fingindo. Neste caso temos aí um fundo bastante convincente para formulação de um critério e convenceremo-nos estar diante de uma cena em que o outro está realmente sentindo dor, em outros casos não significa que este fundo não exista, mas o mesmo deve ser melhor investigado. O que podemos perceber claramente em Wittgenstein é de que a noção de critério está intimamente ligada às regras gramaticais formuladas num jogo de linguagem. Mesmo que alguém venha a simular, por exemplo, que está sentindo dores, podemos afirmar dizendo que no mínimo o mesmo conhece as regras gramaticais do que é sentir uma dor e isso nos basta para reconhecer cognoscitivamente um estado de dor. Agora, não temos de antemão como saber se esta pessoa está ou não simulando estar com dores, isso irá depender de uma investigação mais completa da situação em questão para encontrarmos um critério mais apurado que nos possibilite conhecer se estamos de fato diante de uma situação real ou de simulação. Contudo o critério só consegue nos dar o significado e não a veracidade factual das coisas. Porém, a imprecisão de um critério poderia nos abrir novamente uma brecha para o ceticismo. Sobre este ponto em seu livro “Da Certeza” Wittgenstein nos diz que mesmo abrindo mão de uma precisão absoluta não significa estarmos incorrendo numa dúvida absoluta. Um exemplo a respeito deste assunto é mostrado também nas “Investigações Filosóficas”, no §18, Wittgenstein diz o seguinte: “E com quantas casas e ruas é que uma cidade começa a ser cidade?”. Mesmo que o critério não se apresente aqui tão preciso, isso não nos impede de identificarmos certas coisas ou fatos, isto é, mesmo que o número de casas e ruas seja impreciso, não significa que não possamos perceber que estamos diante de algo que chamamos cidade. Portanto, a falta de um critério absoluto não implica necessariamente a impossibilidade de projetarmos certo conhecimento a respeito de algo.

Diante do exposto podemos perceber claramente a postura tomada por Wittgenstein a respeito dos problemas filosóficos apresentados, ou seja, torna-se impossível caracterizá-lo como cético, muito pelo contrário, sua postura sempre foi a de buscar soluções para esses problemas. Sua postura crítica não pode ser confundida como cética. Pois como vimos anteriormente, ser crítico não significa ser cético, mas aquele que apesar de não aceitar imposições dogmáticas, apresenta o problema e corre em busca de suas soluções. Vemos também o mesmo comportamento com Kant, apesar de muitas questões levantadas por ele terem ficado ainda sem solução, sua filosofia, apesar de crítica, sempre buscou resolver tais problemas. A outra diferença crucial entre o ceticismo e o criticismo baseia-se no fato de que a filosofia crítica acredita na possibilidade do conhecimento enquanto que para o ceticismo essa possibilidade não existe.

3. Considerações finais

Através de tudo o que foi apresentado até aqui vimos o quanto se fez necessário demonstrar a diferença entre os conceitos de ceticismo e criticismo para que não caíssemos em sérias confusões e equívocos a respeito de certos pensamentos ao longo da tradição filosófica. Por isso, foi necessário também apresentar um paralelo entre as teorias de dois grandes pensadores críticos da história da filosofia como Kant e Wittgenstein. Mostramos, também, o quanto, ambos os pensadores, contribuíram para a construção de uma Teoria do Conhecimento ocidental, procurando estabelecer o lugar que a epistemologia deveria ocupar, ou seja, que seu principal objetivo não se trata de refutar o discurso cético, mas o de investigar a natureza do conhecimento e de como ou até onde o mesmo seja possível. A tarefa, portanto, da epistemologia não se apoia mais em buscar a forma universal das fontes do conhecimento, mas de formas possíveis dele. Obviamente o discurso cético não deixa de fazer parte deste tema, na verdade, ele nos serve como o contraponto no embate das discussões. O ceticismo serve como uma espécie de provocação para que as investigações epistemológicas aconteçam, construindo um caminho onde muitos dos problemas são resolvidos na medida em que outros são levantados, por essa razão é que tanto os discursos céticos como os discursos críticos fazem parte da base do pensamento filosófico contemporâneo, estes se comportam como verdadeiros alicerces da filosofia na atualidade, pois sem eles a filosofia entraria em permanente estado de estagnação sem, sequer, preocupar-se pela

busca do conhecimento, uma vez que tudo o que tivesse para ser revelado ou conhecido já o obtivéssemos em mãos. Neste sentido mesmo Kant e Wittgenstein tendo trabalhado em campos teóricos diferentes, o resultado de suas filosofias mostraram certa semelhança bastante significativa. Um em estabelecer os limites do pensamento ou do conhecimento factual, o outro em demonstrar os limites do discurso factual que por consequência não deixa de ser a do conhecimento da realidade também. Contudo não se pode afirmar que, apesar da semelhança com Kant, Wittgenstein tenha se usado do sistema Kantiano para apresentar suas teorias e nem que a sua filosofia crítica, a respeito da linguagem, tivesse derivado diretamente da filosofia de Kant. No entanto, ambos mostraram críticas ferrenhas ao discurso metafísico tradicional assim como uma saída para os ataques céticos. Enfim, podemos afirmar que enquanto Kant via a filosofia como um tribunal da razão, propondo uma espécie de autocrítica, com intuito de examinar a razão até os seus pormenores e daí tirar a base necessária para o conhecimento científico, vemos, por outro lado, Wittgenstein, caracterizando a filosofia como “atividade” analítica das proposições, decompondo-as, também, até os seus pormenores, com o objetivo de buscar a tão necessária coerência entre o discurso e a realidade. O mesmo procurou, também, estabelecer a linha de fronteira entre o discurso com sentido e o sem-sentido ao se propor em apresentar a importância da análise das regras da gramática nos jogos de linguagem.

Caberia dizer, ainda, que tanto Kant como Wittgenstein ao estabelecerem os limites de nosso conhecimento, os mesmos nos proporcionaram uma noção de quão grande também chega a nossa ignorância, pois muitos podem até admitir que sejam ignorantes, mas o número de pessoas que possuem uma consciência da real dimensão dessa ignorância certamente é muito pequeno. Talvez a humanidade nunca consiga chegar ao conhecimento pleno das coisas, nem mesmo da consciência da real dimensão de sua ignorância, mas fica a certeza de que ao longo do processo investigativo muitas obscuridades serão desveladas, bem como muitos mitos poderão ser desmistificados.

Referências

- DANCY, J. *Epistemologia Contemporânea*. Trad.: Teresa Louro Pérez. Lisboa: Edições 70, 2002.
- HESSEN, J. *Teoria do Conhecimento*. Trad.: João Vergílio Gallerani Cuter. Rev. Tec.: Sérgio Sérvulo da Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. Trad.: Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

- MOSER, P. K. *A teoria do Conhecimento: uma introdução temática*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- OLIVEIRA, M. A. *Reviravolta Linguístico-Pragmática na Filosofia Contemporânea*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- PEARS, D *As Ideias de Wittgenstein*. Trad.: Octanny Silveira da Motta e Leonidas Hegenberg. São Paulo, Cultrix / EDUSP, 1973.
- REALE, G. *História da Filosofia: Antiguidade e Idade Média*. São Paulo; Paulus, 1990.
- SPANIOL, W. *Filosofia e Método no Segundo Wittgenstein: uma luta contra o enfeitiçamento do nosso entendimento*. São Paulo: Edições Loyola, 1989.
- WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus / Investigações Filosóficas*. Trad.: M. S. Lourenço. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.
- _____. *Da Certeza*. Trad.: Maria Elisa Costa. Lisboa: Edições 70, 1990.

Recebido em: 21/05/2021

Aprovado em: 11/11/2021